

Grupo que planejou matar promotor é condenado por lavagem de dinheiro do PCC

Sentença condena 14 réus e encerra uma etapa de ampla investigação do Gaeco em Campinas

Por **Moara Semeghini**

A Justiça, por meio da 4ª Vara Criminal de Campinas, condenou na terça-feira (4) 14 pessoas por integrarem um robusto esquema de lavagem de dinheiro ligado ao Primeiro Comando da Capital (PCC). O grupo, desarticulado pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) nas operações Off White, Linha Vermelha e Pronta Resposta, também foi apontado por planejar o assassinato do promotor de Justiça Amauri Silveira Filho e de um comandante de uma força policial.

As penas somadas dos réus chegam a cerca de 111 anos de prisão. A sentença também determina o pagamento de R\$ 10 milhões a título de reparação mínima por danos morais coletivos.

De acordo com a denúncia, a engrenagem financeira era centralizada na revendedora de veículos Dragão Motors, sediada em Campinas. O proprietário do estabelecimento, Maurício Silveira Zambaldi, o “Dragão”, apontado como líder do núcleo criminoso, foi condenado a 13 anos e nove meses de prisão. As investigações revelaram que ele e a esposa, Vanessa Janizelo Zambaldi, utilizavam as contas



Maurício Silveira Zambaldi e José Ricardo Ramos foram presos em operação que envolveu a PM

vinculadas às empresas do casal para ocultar a origem ilícita de recursos provenientes prioritariamente do tráfico de drogas, mesclando-os ao faturamento regular.

A organização recebia repasses de membros da facção e atraía investidores do crime com a promessa de rendimentos mensais entre 2% e 4%. O montante lavado era injetado na aquisição de imóveis, carros de luxo e motocicletas importadas. O esquema também operava por meio de empréstimos informais a terceiros com cobrança de juros elevados.

Para dar aparência de le-

galidade à movimentação milionária, o grupo contava com parceiros estratégicos, como José Ricardo Ramos, o “Zé Ricardo”, dono da transportadora JR Ramos. Outra peça-chave na articulação era Sérgio Luiz de Freitas Filho, conhecido como “Mijão” ou “Xixi”. Apontado como um dos chefes na hierarquia do PCC, ele encontra-se foragido na Bolívia, de onde coordenava ordens e enviava recursos ao núcleo campineiro.

O PLANO DE EXECUÇÃO

O Ministério Público detalhou que a estabilidade finan-

ceira do grupo começou a ruir após um calote superior a R\$ 30 milhões, gerado por inadimplência nos empréstimos concedidos. A crise interna se agravou drasticamente em fevereiro de 2025, durante a deflagração da Operação Linha Vermelha, que teve a Dragão Motors como um de seus principais alvos de busca.

Acuado pela pressão de credores que cobravam os valores investidos e temendo represálias da facção, Zambaldi recorreu a “Zé Ricardo” e “Mijão”. Em uma tentativa de frear a perseguição criminal e tumultuar as investigações,

o núcleo passou a orquestrar a execução do promotor integrante do Gaeco e do comandante policial.

O magistrado responsável pela sentença ressaltou que as apurações sobre o plano de morte nasceram de dados de inteligência que foram integralmente corroborados por diligências posteriores. Isso não apenas confirmou a ameaça, como permitiu a identificação de novos envolvidos e a deflagração das operações subsequentes.

Ao proferir a condenação, o Juízo enfatizou a solidez das provas reunidas pelo Gaeco, incluindo quebras de sigilo, relatórios de inteligência e vasta documentação apreendida, afastando todas as alegações de nulidade apresentadas pelas defesas.

POSICIONAMENTOS

O Ministério Público de São Paulo (MP-SP) informou que ainda não foi intimado oficialmente e que avaliará o teor da sentença assim que tomar conhecimento de seu conteúdo. Já a defesa de Maurício Zambaldi declarou nesta quarta-feira (5) que recebeu a decisão com “tranquilidade” e confirmou que recorrerá da condenação junto ao Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP).

HC Unicamp vai atender dependentes de jogos e apostas

Da **Redação**

O Ambulatório de Substâncias Psicoativas (Aspa), ligado ao setor de Psiquiatria do Hospital de Clínicas (HC) da Unicamp, abriu um serviço voltado ao acolhimento de pessoas com problemas relacionados a jogos e apostas eletrônicas. O atendimento é realizado todas as quartas-feiras, das 8h às 11h30, no segundo andar do HC, e não exige agendamento prévio: basta procurar a recepção do ambulatório.

Segundo a equipe, a procura por ajuda aumentou à medida que surgiram casos de endividamento e sofrimento associados às bets, inclusive entre pacientes que já eram acompanhados por uso de álcool, tabaco ou drogas ilícitas. Com isso, o serviço passou a receber também pessoas com dependência

comportamental, que muitas vezes demoravam a reconhecer o problema.

A psiquiatra Renata Azevedo, responsável pelo Aspa, explica que o transtorno do jogo, também chamado de ludopatia, envolve perda de controle sobre o início, a frequência, a intensidade e a duração da prática. O comportamento tende a ganhar espaço na rotina, substituindo outros interesses e se fortalecendo pela facilidade de acesso via celular. O psicólogo Maurício Sant’ana afirma que, na maioria dos casos, existe um processo de negação e vergonha até que a pessoa aceite a dependência. Ele resalta que o hábito de jogar pode se associar a ansiedade, depressão e solidão, criando uma sensação falsa de companhia e participação social.

O psiquiatra Felipe Santael-



Transtorno do jogo: perda de controle sobre início, frequência e intensidade

la destaca que o envolvimento com apostas costuma começar de forma ocasional, mas pode se intensificar rapidamente e gerar prejuízos financeiros importantes. Há pacientes que tentam recuperar o que perderam

e acabam acumulando dívidas com banco, agiota e familiares, o que amplia o sofrimento e a busca por ajuda especializada.

Dados do Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (Lenad III) indicam que usuários

de sites e aplicativos de apostas têm probabilidade quatro vezes maior de desenvolver problemas com jogos. O risco também é maior entre adolescentes e pessoas de baixa renda, além de ser o dobro entre os homens. Para a equipe, a propaganda ativa e a falsa esperança de ganho alimentam a crença de que será possível recuperar as perdas com “mais uma aposta”.

No ambulatório, adultos com transtorno do jogo passam por triagem, avaliação psiquiátrica e grupo de acolhimento. O tratamento começa com dinâmicas em grupo, nas quais o paciente fala sobre sua relação com o jogo, e pode incluir medicação para reduzir o impulso de apostar quando necessário.

No caso de adolescentes, o atendimento é individual, por causa das particularidades dessa fase do desenvolvimento.